ATA DA XVIII REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS CONTAS, DATA: 20/08/2015. LOCAL: no plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Jussiape, localizada na Praça Rodrigo Alves s/n, Bairro Centro, no município de Jussiape – Bahia. **PRESIDÊNCIA**: Aurelino Barros Meira; **RELATORIA:** Suleny Nunes Ribeiro, função secretaria. **ABERTURA:** Abertura da reunião com composição da mesa solene: Presidente, Sr. Aurelino Barros Meira, Vice-Presidente, Sr. Frederico Maciel de Carvalho Neves, Secretária Sra. Suleny Nunes Ribeiro, Exmo. Sr. Prefeito do Município de Jussiape, Sr. Gilberto dos Santos Freitas. O Senhor Presidente Aurelino Barros Meira saudou a mesa, o plenário, agradeceu ao Prefeito anfitrião, em breves palavras relatou os objetivos do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Contas, do seu funcionamento e composição, fez referência aos componentes da Mesa e passou a palavra ao Prefeito do Município de Jussiape, Sr. Gilberto dos Santos Freitas que saudou e desejou boas-vindas a todos os membros do Comitê, desejou a todos que se sentissem bem na cidade de pessoas amigas e acolhedoras. Reconheceu e agradeceu o esforço do membro do Comitê Professor Junael pela iniciativa de trazer o evento e realização de Reunião Plenária do Comitê em Jussiape, da importância de estarem juntos discutindo as questões que envolvem o Rio das Contas, da forma como o empresariado explora os mananciais de água na região. Expôs as dificuldades que também enfrenta com a falta de água, falou do saneamento básico, da preocupação com a preservação dos rios, da grave crise mundial por falta de água. Desejou que todos se sentissem bem e acolhidos dentro das possibilidades do município. Agradeceu e encerrou. Em seguida o Senhor Presidente Aurelino Barros Meira agradeceu ao Presidente da Câmara, Vereador Jadiel Mendes pela cedência do espaço da Câmara pare realização da reunião, desfez a Mesa solene, e declarou instalada a Mesa Diretora do CBHRC para a XVIII Plenária Ordinária, se apresentou, apresentou os Membros da Mesa, os demais membros presentes titulares e suplentes, apresentou ainda a Senhora Amélia que mediará a Oficina Bocapiu, Capacitação que o Comitê está oferecendo aos seus membros e comunidade de Jussiape e solicitou a secretaria que fizesse a leitura da **PAUTA**: **I.** Abertura da sessão com a composição da mesa e verificação de quórum; **II.** Leitura e aprovação da Ata da reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 11/06/2015, em Ubaitaba –BA; **III.** Informes e comunicados; **IV.** Deliberação do procedimento de preenchimento e complementação das Vacâncias, resultante do processo de renovação do CBHRC, ocorrido no dia 20 de novembro de 2012; **V.** Indicações e escolhas dos membros para participarem e representarem o CBHRC, no XVII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas – ENCOB, a ser realizado entre os dias 04 a 09 de outubro de 2015, em Caldas Novas – Goiás; **VI.** Informação sobre o andamento do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio das Contas – Com a presença do INEMA; **VII.** Discussão para criação de Câmara Técnica do CBHRC (Câmara Técnica de Instrumentos Legais – CTIL) e renovação dos membros das Câmaras Técnicas (CTPPP e CTEAMS); **VIII.** Encaminhamentos; **IX.** Conclusão dos trabalhos e encerramento; **X.** Credenciamento para participar da Oficina Bocapiu e entrega do Álbum Seriado Água e Cidadania. Iniciou-se a reunião com a verificação do quórum que contou com a presença de 11 (onze) membros titulares e 03 (três) membros suplentes, conforme lista de presença anexa. Passou-se então ao **Item II da Pauta,** Leitura e aprovação da Ata da reunião Plenária Ordinária, realizada dia 11/06/2015, em Ubaitaba/BA. Após a leitura da ata o Senhor Presidente esclareceu que a ata era realmente extensa, dada a necessidade de se registrar todos os acontecimentos e ocorrências discutidos, debatidos e encaminhados pelo CBHRC.

Questionou se havia alguma emenda e o membro Nilton Barros minutou a respeito do Pleito de comunidade do município de Barra do Choça, que veio através do Ministério Público, no sentido de da criação de uma sub bacia – do Rio Catolés, se já foi enviado ou não expediente para a SEMA e que seja feito um estudo através da Comissão RPGA com a possibilidade de criar ou não essa sub bacia. O Presidente da mesa plenária Sr. Aurelino interferiu e disse não se trata de emenda a ata e sim de um questionamento, uma sugestão e que iria tomar as providências e voltou a questionar ao plenário a aprovação da ata, em tom de interrogação. Aprovada a ata por unanimidade do plenário sem emendas o presidente determinou a coleta de assinaturas em todas as folhas da ata. Em seguida, passou-se ao **Item III da Pauta:** Informes e comunicados: 1) Justificativas dos membros faltosos: a) Comunicado do membro Sr. Manoel Castro San Martin informando a impossibilidade de comparecer a Plenária Ordinária de 20 de Agosto de 2015, a realizar-se em Jussiape-Ba e apresentação de suplente por procuração; b) Justificativa do membro José Carlos – Prefeitura de Manoel Vitorino, informando a impossibilidade de comparecer a Plenária Ordinária por motivo de trabalho; c) Justificativa do membro Domingos Ailton Ribeiro de Carvalho – GERC informando a impossibilidade de comparecer a Plenária Ordinária por motivo de trabalho vez que é Professor e a UESC voltou a funcionar; d) Justificativa do membro Ricardo Jucá Chagas – UESB, também informando a impossibilidade de comparecimento por motivo de trabalho; e) Justificativa do membro Manoel Carlos de Sousa Paulo – RIOCON informando que por motivo de trabalho não poderá comparecer a Reunião Ordinária de 20/08/2015; f) Justificativa por telefone do membro Gerson Gomes – Pequeno Usuário informando a impossibilidade de comparecer a Plenária Ordinária por motivos particulares; g) Justificativa do Membro Ronaldo Luiz – representante dos pescadores, informando impossibilidade de comparecimento por motivos particulares; h) Justificativa do membro Leonardo Brito Pires – representante da Sociedade Civil – UNIRIO, impossibilidade de comparecimento por motivo de trabalho e i) Justificativa do membro Jonatas Silva Meira impossibilidade de comparecimento por motivo de doença; j) Justificativa do membro Emérito Augusto da Silva Junior, impossibilidade de comparecimento por motivo de trabalho. 2) Informes: a) O Escritório do Consórcio Águas da Bahia está em funcionamento nos municípios de Jequié e Ilhéus com atendimento nos dias 18/07 a 31/07 em Jequié, período de 03/08/ à 14/08 em Ilhéus e de 17/08 a 31/08 em Jequié novamente. Assina Secretária do Consórcio Sra. Ives Guimarães. Os telefones daquela Secretária estão a disposição dos interessados nesta mesa afirmou o Presidente; b) E-mail da SEMA ao CBHRC tratando do Programa de Regularização Ambiental do Estado da Bahia, com o objetivo de elaborar parâmetros técnicos para padronizar as metodologias de restauração ecológica no Estado, de forma a melhorar a qualidade técnica dos Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADAs), além de contribuir para a melhoria na análise e monitoramento dos PRADAs pelo Governo do Estado; c) Convite para a III Feira da Agricultura Familiar que acontecerá em conjunto com o XV Festival da Cachaça de Abaíra, nos dias 17 à 19/09. A abertura do Festival e da Feira acontecerão na manhã do dia 17, na sede da Cooperativa dos Produtores de Cana e Seus Derivados da Micro Região de Abaíra (COOPAMA); d) E-mail da ANA com o Boletim de Acompanhamento da Alocação de Água 2015-2016 da UHE Pedras, Reservatório de Brumado e Riacho Paulo, Reservatório de Anagé e Reservatório de Truvisco. Com relação a Barragem de Pedras a ANA comunica que está faltando algumas informações e que inclusive foi passado para a EMBASA e CHESF para

informar coletas conforme pactuado no termo de alocação. Quanto ao Açude de Brumado e Riacho Paulo a ANA precisa do monitoramento da vazão da Associação ADIB que devera enviar essas informações para o endereço indicado no e-mail. Com relação ao Açude de Truvisco a ANA solicita à Comissão Gestora informações, bem assim a EMBASA e ao DNOCS. Com relação ao Açude de Anagé a ANA solicita da Comissão Gestora a coleta de dados do DNOCS e da EMBASA; e) Cartas Abertas à Sociedade encaminhadas pelos servidores do corpo técnico do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, autarquia da administração indireta do estado da Bahia e Resposta do Governo à mencionada mensagem para todos os membros do CBHRC através de e-mail. O Presidente esclareceu que não foram lidas em função do tempo, todavia espaço aberto para manifestações e ou comentários; f) curso sobre Cobrança dos Recursos Hídricos, na modalidade EAD, da Agência Nacional de Águas. O período de Inscrição será de 24/08 à 06/09/2015, o resultado da inscrição será no dia 14/09 e a realização será de 21/09 a 25/10/2015, serão oferecidas sessenta vagas para todo o Brasil e o endereço para inscrições é o www.aguaegestao.com.br/br/curso/349; g) A Comissão Gestora do Açude de Anagé em reunião extraordinária realizada na cidade de Anagé no dia 23/07/2015, renovou a Comissão Gestora e elegeu a Coordenação Tríplice para o Biênio 2015/2017, assim composta: Representando o Poder Público: Titular: Pedro Antonio de Oliveira Lima (DNOCS) Suplente: Nabucodonosor Pires dos Santos (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAGÉ); Representando a Sociedade Civil: Titular: Adair da Conceição Ribeiro (Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Lagoa Seca e Região), Suplente: Ariosvaldo Andrade Marinho (Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Anagé), Representando os Usuários: Titular: José Clovis Alves Bispo (FRUTICOLA VALE DO GAVIÃO) e Suplente: Nikitas Ferraz Chatzivagiannis (Fazenda Coruja/Barra da Onça). A próxima reunião acontecerá na cidade de Caraíbas no dia 17/09/2015, para apresentação de documentos e posse dos eleitos e planejamento de ações; h) As Câmaras Técnica de Planos Programas e Projetos – CTPPP e Educação Ambiental e Mobilização Social – CTEAMS do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Contas em reunião colegiada no dia 31/07/2015, atendendo recomendação do CBHRC para análise, considerações, recomendações e parecer sobre a segunda versão do Diagnóstico Integrado da Bacia Hidrográfica do Rio das Contas, segundo produto do contrato nº 008/2013 – INEMA/CONSÓRCIO ÁGUAS DA BAHIA, tendo como documentos orientadores o Termo de Referência (TDR) e o Plano de Trabalho (PT), sendo que o PT foi elaborado pelo Consórcio e aprovado pelo Comitê de bacia Hidrográfica do Rio das Contas – CBHRC apresentaram o seu Parecer que ao proceder a análise da documentação enviada pelo Consórcio foi constatada a não observância do que foi indicado no Parecer nº 02/2014, exarado pelas Câmaras especialmente os aspectos relacionados nos capítulos 04,05,06,08 e 10, os quais foram desconsiderados em sua integridade, continuam superficiais, não retratam a realidade da RPGA em questão e não atendem às recomendações indicadas. Assim o relatório diagnóstico não deve ser aprovado pela Coordenação de Recursos Hídricos do INEMA, Recomenda-se a devolução ao Consórcio Águas da Bahia para que sejam adotadas as medidas para correções, inserções e complementações necessárias; i) A Senhora Sara Reis representante do Município de Rio de Contas fez uso da palavra e informou que o Município de Rio de Contas concluiu o Plano Municipal de Saneamento Básico estando respaldado para captar recursos junto ao Governo Federal para implantação das ações do plano, o que é muito bom para o bioma. Estará implantado o sistema de coleta

seletiva a partir do mês de setembro do ano em curso e que o município continua aguardando vacância para adquirir assento no CBHRC. Em resposta o Senhor Aurelino informou que irá surgir uma vaga e que inclusive a documentação já se encontra em análise. Prosseguindo o Senhor Presidente informou que os representantes de Jussiape, inclusive a Senhora Ângela Leone – Representante do INEMA na região estavam inscritos para falarem, entretanto iria abrir esse espaço no momento dos encaminhamentos. Informou que havia um café disponível no refeitório, entretanto não iria suspender os trabalhos devido ao tempo e que os membros poderiam se deslocar, respeitando um limite mínimo e de maneira discreta para não atrapalhar o andamento da plenária; j) Ainda nos informes o Senhor Ari Lopes da Silva, da Comunidade de São Roque, do município de Jussiape indagou do Presidente da Mesa Diretora a respeito da visita de técnicos do INEMA no município no decorrer da semana e o que é preciso fazer para acompanharem as ações no Órgão nas áreas dos mananciais porque estão desassistidos. Em resposta o Senhor Presidente esclareceu que deve ser feito um encaminhamento através de documento aos Órgãos responsáveis, pesquisou se o município de Jussiape tem Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e se havia algum representante presente na plenária. A resposta foi positiva e o Sr. Presidente orientou a produção de documento; l) Ainda nos informes o Sr. Jorge Gomes representante do Movimento pela Despoluição, Conservação e Revitalização do Rio do Antonio – MODERA informou que desde o ano de 2012 vem lutando junto com a Comunidade de Lagoa de Dentro do Município de Brumado contra um aterro existente naquela comunidade e que vem causando uma série de impactos a exemplo o acesso de animais e insetos aos resíduos depositados, que podem disseminar doenças, contaminação do lençol freático pelo chorume e das valas abertas a céu aberto, onde é depositado o lixo da cidade de Brumado, a ausência de dreno para gases gerados pelo processo de fermentação de resíduos acarretando uma série de impactos que vem prejudicando aquela comunidade. O MODERA e a comunidade elaborou um abaixo assinado e entrou representação Junto ao Ministério Público e felizmente agora em 2015 o Ministério Público convocou o MODERA e a Prefeitura Municipal de Brumado para apresentação de plano de gestão e assinatura de um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta e assim sanear todos aqueles impactos causados a Comunidade de Lagoa de Dentro. Outro informe importante é sobre o Plano Municipal de Saneamento, nós do MODERA temos feito um trabalho de Educação Ambiental, usando como recurso Rádio Comunitária da cidade, onde falamos o que é o saneamento básico, o que é Plano Municipal de Saneamento e da sua elaboração e participação da sociedade civil. Discorreu ainda do andamento do Plano de Saneamento Básico de Brumado e das etapas já cumpridas e a cumprir até 31/12/2015, data final para os municípios apresentarem seus respectivos planos e estarem aptos a receberem recursos públicos federais para manutenção das ações. 3) Ofícios e Documentos recebidos e emitidos pelo CBHRC no período de Junho até a presente data: a) Recebida Convocatória do Fórum Baiano de Comitês das Bacias Hidrográficas para uma reunião do Fórum a ser realizada no dia 18 de agosto de 2015, em Salvador, onde o Presidente Aurelino Barros esteve presente representando o CBHRC e participou da eleição da nova Coordenação do Fórum Baiano, na oportunidade foi eleito e empossado o Coordenador Geral, Sr. Edinaldo Campos, do Comitê Verde e Jacaré, já Anselmo Barbosa do Comitê Paramirim e Santo Onofre, é o coordenador adjunto, e a secretária da diretoria é a Sra. Sandra Medeiros do Comitê Paraguaçu; b) Enviado Ofício nº 015 do CBHRC para o INEMA convocando o Órgão

para esta reunião de hoje; c) Enviado Ofício nº 016/2015do CBHRC para a CODIS, onde o Comitê solicita a atualização e verificação da correção do nome Rio de Contas porque o correto é Rio das Contas nos mapas divulgados pela SEMA e pelo INEMA; d) Enviados Ofícios nº 017/2015 e 018/2015 para o Sr. Edson Ribeiro dos Santos – Superintendente de Políticas e Planejamento Ambiental SEMA/INEMA, lidos integralmente pela Secretária para conhecimento e divulgação das solicitações do CBHRC. Ofício 017/2015 – solicitação de curso completo, capacitação para os membros titulares e suplentes bem como para os membros das Câmaras Técnicas do CBHRC para o cadastramento no CEFIR – Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais; Ofício 018/2015 – solicitação de infraestrutura mínima (equipamentos) para a realização das atividades e reuniões de trabalho do CBHRC. Na sequência o Senhor Presidente esclareceu que as solicitações dos ofícios lidos foram sugeridas pelo próprio Superintendente quando participou de reunião no INEMA na cidade de Jequié. Falou da importância do curso e da infraestrutura para o CBHRC e informou que emitiu ofícios 019/2015 e 020/2015 com o mesmo conteúdo para o Senhor Bruno Cardim – Diretor de Águas do INEMA; e) Enviados os Ofícios nº 021/2015 e 022/2015 ao Fórum Baiano de Comitês das Bacias Hidrográficas e a SEMA conforme aprovação em reunião realizada no dia 09.04.2015, em Jequié, indicação de representante na categoria suplente, o Sr. Leonardo Brito, representante na categoria Poder Público Antonio San Martim representantes do CBHRC junto ao Fórum Baiano; f) Enviada Deliberação nº 027/2015 – que solicita do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual diálogo para solucionar a problemática das plantas aquáticas de nomes populares aguapé ou baronesa em toda a porção baixa do Rio das Contas (municípios de Jequié até Itacaré). O Senhor Presidente informou que o assunto foi tratado por três reuniões consecutivas e resultou na Deliberação que foi lida integralmente pela Secretária para conhecimento e acompanhamento de todos os presentes; g) Publicação do Diário Oficial do Estado, edição de 13/06/2015, onde consta a destituição do FRIGORIFICO E ESTIVA JEQUIÉ LTDA - FRIGEL do CBHRC, conforme Deliberação CBHRC n° 26/2015 aprovada em reunião plenária do colegiado no dia 09 de abril de 2015, em observação ao que dispõe o Art. 42 do Regimento Interno do CBH. Em seguida passou-se para o **Item IV da Pauta:** Deliberação do procedimento de preenchimento e complementação das Vacâncias, resultante do processo de renovação do CBHRC, ocorrido no dia 20 de novembro de 2012. O Presidente do CBHRC Sr. Aurelino Barros leu o rol de vacâncias existentes e orientou de forma didática e criteriosa de acordo com as disposições estatutárias do Órgão a forma de proceder e os documentos a serem apresentados pelos interessados em concorrer às vagas. Informou que recebeu da Empresa CHAPASUL, de Rio de Contas Bahia, Cooperativa que está pleiteando uma vaga na categoria Indústria e Mineração junto ao CBHRC. A documentação recebida foi encaminhada para Câmara Técnica do CBHRC que emitiu e o Parecer negando a vaga, tendo em vista que a Cooperativa não se enquadra na categoria Indústria e Mineração. Pelo parecer emitido a CHAPASUL foi classificada como Usuário Comum de Irrigação, assim será encaminhado documento ao interessado, Sr. Mário Carneiro que não se encontra presente na plenária. Continuando o Senhor Presidente leu a relação de vacâncias por categorias para conhecimento de todos. O CBHRC tem vagas nas seguintes organizações e seguimentos: Sociedade Civil – 03 (três) vagas titulares para povos e comunidades tradicionais e 03(três) vagas suplentes para essa categoria; ONGS e OSCIPS 01(uma) vaga suplente; Seguimento Usuários 01 (uma) vaga titular na categoria Usuários Lazer Turismo e Esporte e uso não produtivo e 01(uma) vaga

suplente nessa mesma categoria; Usuários – 02 (duas) vagas titulares categoria Indústria e Mineração e 03(três) vagas suplentes nessa mesma categoria; 01(uma) vaga suplente Usuários, na categoria Abastecimento Urbano e Lançamento de Afluentes Urbanos; 01 (uma) vaga suplente Usuários na categoria Hidroeletricidade. Continuando o Senhor Presidente questionou se na plenária havia interessados em ocupas as vacâncias descritas. Manifestou-se o Senhor José Roberto representante da Comunidade Quilombola das localidades de Ribeirão de Cima, Tamboril, Caiçara e Barreiro, do município de Piatan. Seguindo o Senhor Presidente orientou na apresentação da documentação e submeteu a apreciação do plenário que se manifestou favorável a análise de documentação e suprimento da vacância pelo concorrente para posse na próxima reunião plenária. Informou ainda que não havia vagas para o seguimento Poder Público, categoria Prefeitura em resposta a manifestação de visitante presente no plenário. Dando prosseguimento, logo após passou-se então ao **Item V da Pauta:** Indicações e escolhas dos membros para participarem e representarem o CBHRC, no XVII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas – ENCOB, a ser realizado entre os dias 04 a 09 de outubro de 2015, em Caldas Novas – Goiás. O Senhor Presidente indagou se havia na plenária dentre os membros titulares algum membro do CBHRC, representante da sociedade civil interessado em participar e representar o CBHRC, no XVII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas – ENCOB, a ser realizado entre os dias 04 a 09 de outubro de 2015, em Caldas Novas – Goiás. O Senhor Presidente explicou que as despesas (alimentação, transporte e hospedagem) dos membros dessa categoria sociedade civil serão custeadas pelo Governo. Presentes na plenária o Presidente e o membro Nilton Barros, esse último abdicou e lamentou a impossibilidade de participar tendo em vista outros compromissos agendados. O Sr. Presidente informou que sairia da plenária sem a indicação dos representantes da categoria sociedade civil, entretanto continuaria socializando através de contatos com os demais. Indagou se o Seguimento Poder Público – Prefeituras, DNOCS, INEMA apresentariam representantes, cujas categorias não teriam despesas custeadas pelo Governo. O membro titular Sr. Frederico Maciel de Carvalho Neves, representante do seguimento Poder Público – Prefeitura de Brumado e o membro Suplente Noel Mendes Oliveira, representante do seguimento Poder Público – Prefeitura de Boa Nova manifestaram-se interessados em participar. Prosseguindo o Senhor Presidente passou ao **Item VI da Pauta**: Informação sobre o andamento do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio das Contas – Com a presença do INEMA. A palavra foi franqueada ao Sr. Antonio Menezes representante do INEMA que fez um breve relato histórico da situação do andamento do plano da Bacia Hidrográfica do Rio das Contas. No dia 07 de Julho de 2015, foi concluído o parecer INEMA nº 14/2015, esse Parecer tem uma aprovação parcial porque muitos problemas foram identificados, buscando celeridade junto ao Consórcio o INEMA procurou abordar apenas os temas de maior dificuldade para a aprovação do Produto, visando facilitar maior celeridade na resposta por parte do Consórcio. Não tivemos bom êxito na primeira versão, como também a Câmara Técnica. Em 16.07.2015 foi enviado via correio eletrônico o Parecer para o Consórcio Águas da Bahia e no dia 28.08.2015, próxima semana, portanto, está prevista uma reunião gerencial do INEMA com representantes do Consórcio Águas da Bahia, em Salvador no CAP e qualquer representante das Câmaras Técnicas que quiser poderá participar. Continuando o técnico representante do INEMA relatou sucintamente de maneira didática, valendo-se de recurso audiovisual as principais deficiências, considerações do plano: 1) valores

extremamente elevados da demanda de água para irrigação de abastecimento industrial; 2) balanço hídrico totalmente comprometido não representando a realidade da Bacia do Rio das Contas; 3) dados apresentados para a caracterização do meio biótico estão idênticos aos dados apresentados para o diagnóstico dos planos de outras bacias hidrográficas de Corrente e Leste e isso foi possível verificar porque somos nós quem analisamos também aqueles planos afirmou o técnico. Garantiu que grande parte dos dados apresentados é incompatível com a regionalização dos planos. Por último, os dados levantados no diagnóstico, referente às oficinas realizadas, segundo percepção dos participantes, não foram utilizados como apoio, bem como contemplados no plano. Dessa forma o Parecer Técnico do INEMA nº 14/2015, apresenta análise dos temas Caracterização Biótica, Diagnóstico das Demandas Hídricas, Formulação do Diagnóstico integrado, cm a avaliação integrada das restrições e das potencialidades dos Recursos Hídricos, associados às demandas atuais e futuras para os diversos usos. Diante do exposto, após analisar os temas supracitados, conclui-se que o relatório diagnóstico ora apresentado não está aprovado pela Coordenação de Recursos Hídricos – CORHI, sem antes ter atendido o que se pede nos itens do Parecer. Recomenda-se, assim, que a Contratada promova correções e complementações necessárias. O Presidente da Mesa, Sr. Aurelino declarou que lamentava e não estava ali para culpar ninguém, mas estava ali representando diversos seguimentos e apresentava a inquietação de todas as categorias do CBHRC. Lembrou que ainda há etapas para serem cumpridas e os projetos de saneamento básico dos municípios dependem do Plano de Bacia. Apresentou sua preocupação e de todos os demais e questionou a possibilidade de refazer o Plano. Agradeceu e solicitou constasse em ata a necessidade primeira do CBHRC como sendo a Confecção do Plano de bacia. Em seguida passou a palavra para o membro titular do CBHRC, o Sr. Maurílio Fernandes Neto, representante do Seguimento – Poder Público, INEMA. O Sr. Maurílio declarou-se também indignado com a situação, informou que é Coordenador da Câmara Técnica de Planos Programas e Projetos – CTPPP, que é vinculada ao Comitê e da mesma forma que o INEMA emitiu o seu Parecer sobre o Diagnóstico do plano as Câmaras Técnica de Planos Programas e Projetos – CTPPP e Educação Ambiental e Mobilização Social – CTEAMS do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Contas em reunião colegiada no dia 31/07/2015, atendendo recomendação do CBHRC para análise, considerações, recomendações e parecer sobre a segunda versão do Diagnóstico Integrado da Bacia Hidrográfica do Rio das Contas, segundo produto do contrato nº 008/2013 – INEMA/CONSÓRCIO ÁGUAS DA BAHIA, tendo como documentos orientadores o Termo de Referência (TDR) e o Plano de Trabalho (PT), sendo que o PT foi elaborado pelo Consórcio e aprovado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Contas – CBHRC também apresentaram o seu Parecer que ao proceder a análise da documentação enviada pelo Consórcio foi constatada a não observância do que foi indicado no Parecer nº 02/2014, exarado pelas Câmaras especialmente os aspectos relacionados nos capítulos 04,05,06,08 e 10, os quais foram desconsiderados em sua integridade, continuam superficiais, não retratam a realidade da RPGA em questão e não atendem às recomendações indicadas. Assim o relatório diagnóstico não deve ser aprovado pela Coordenação de Recursos Hídricos do INEMA, Recomenda-se a devolução ao Consórcio Águas da Bahia para que sejam adotadas as medidas para correções, inserções e complementações necessárias. Lembrou que o Plano de Trabalho é o Primeiro Produto e tiveram problemas, segundo produto também problemas. Citou situações corriqueiras como as baronesas na porção baixa das

Contas, conflito de águas que não conseguiram identificar. Erros absurdos como troca de dados entre bacias. Falta de identificação de mata, serrado e caatinga. Houve troca inclusive de aspectos físicos e econômicos. Uma verdadeira salada, por isso devolvemos. Essa é a situação do Plano. A fase agora já deveria ser de investimentos na bacia. Espero que nessa reunião que vai acontecer em Salvador eles se alinhem. Se puderem encaminhar representantes será muito interessante para falar pelo CBHRC. Colocou-se à disposição para responder perguntas. Agradeceu e encerrou. Seguindo o Senhor Presidente abriu para os questionamentos da plenária. Inscrita a Senhora Sara Reis que se identificou e parabenizou ao INEMA pela seriedade e as Câmaras Técnicas por não terem aprovado o Diagnóstico do Plano tendo em vista. O Processo de mobilização foi falho, os técnicos deveriam conhecer os problemas "in loco" e as oficinas realizadas com duas horas e meia de duração não dariam conta da riqueza do processo e o pior o que foi discutido nas oficinas não foi contemplado no diagnóstico. Todas as pessoas que participaram sabiam que isso ia acontecer. Cabe agora quem contratou a Empresa exigir que se refaça o Plano. Seguindo por ordem de inscrição Carol que se identificou como sendo do município de Piatã e Conselheira da AIRE e questionou se os representantes do Consórcio participaram de reuniões do Comitê e se haveria possibilidade de virem numa próxima reunião para prestarem esclarecimentos e a segunda pergunta, no passado quando surgiu o conflito das barragens em Piatã ficou claro que o INEMA não poderia emitir nenhuma licença enquanto o Plano de bacia não estivesse concluído, assim gostaria de tomar conhecimento do documento, da deliberação e saber como fica essa situação diante desse cenário. O Senhor Presidente esclareceu que houve deliberação do CBHRC com relação à Construção da barragem. Com relação a poços na deliberação não consta e tem conhecimento de que até o momento não foi emitida nenhuma licença para construção de barragem. Declarou ainda o Presidente que tem conhecimento de que será apresentada ainda naquela plenária uma Moção para o CBHRC deliberar também a respeito de licenças para coibir a construção de poços às margens do Rio das Contas especificamente no Município de Jussiape/Bahia. E com relação à solicitação de participação do Consórcio em reunião do CBHRC, o Presidente informou que foram realizadas diversas reuniões com participação de representantes da Empresa/Consórcio Águas da Bahia e não vê nenhuma dificuldade em convocá-los para outras reuniões. Continuando o Senhor Presidente franqueou a palavra a Sra. Ângela Leone, também Conselheira da AIRE que fez um breve relato da forma como a barragem está sendo usada e a questão que deve ser clareada é a preocupação com a proliferação de poços, que chega a mil poços e muitos desses irregulares. Falou ainda da declaração de representante da Empresa Igarashi, que inclusive consta em ata do CBHRC que existem poços com 300 (trezentos) metros de profundidade e que o pessoal da região foi a Delegacia e registrou ocorrência. A conselheira informou ainda que é fato toda a região que tem poços abertos, seca ou baixa a nascente. O Senhor Presidente informou que a reunião específica tratou das barragens e em nenhum momento foi discutido a respeito da liberação de poços. Assim começa hoje aqui essa discussão. O Sr. Carlito contrapôs dizendo que no município de Piatã de mil, seiscentos e dezesseis nascentes, só existem cinquenta. O Presidente declarou que seria ponto para discussão para encaminhamento e deu continuidade aos trabalhos informando que não houve omissão por parte do Comitê, que a discussão e deliberação envolveram apenas as barragens. Com relação aos poços irão discutir hoje ainda. Agradeceu aos representantes do INEMA e passou para o próximo ponto de pauta **Item VII da Pauta:** Discussão para

criação de Câmara Técnica do CBHRC (Câmara Técnica de Instrumentos Legais – CTIL) e renovação dos membros das Câmaras Técnicas (CTPPP e CTEAMS). Assim o Senhor Presidente declarou aberto o processo de discussão para criação de Câmara Técnica do CBHRC (Câmara Técnica de Instrumentos Legais – CTIL) e renovação dos membros da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos – CTPPP e Câmara Técnica de Educação Ambiental e Mobilização Social – CTEAMS. Informou que o Comitê estava com algumas dificuldades e necessitava de profissionais para fazer parte dessas Câmaras Técnicas, com conhecimento para assessorar na confecção dos Pareceres. O Presidente solicitou do Técnico e representante do INEMA, Sr. Maurílio para auxiliar no processo em discussão. E esse explicou didaticamente a maneira como foram criadas as duas primeiras Câmaras Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos – CTPPP e Câmara Técnica de Educação Ambiental e Mobilização Social – CTEAMS, discorreu a respeito da urgência com que foram criadas as Câmaras, em virtude da necessidade de acompanhar o Plano de Bacia. Legalmente a primeira Câmara que deveria ter sido criada pelo Comitê seria a Câmara Técnica de Instrumentos Legais – CTIL, com a função de analisar os documentos em tramite no Comitê, sob os seus aspectos jurídicos, então ela precede as demais Câmaras inclusive na criação das demais, entretanto assim não aconteceu. Com o passar do tempo o Comitê sentiu a necessidade de criar essa Câmara, diante das problemáticas surgidas. A função da Câmara Técnica de Instrumentos Legais – CTIL é analisar, estudar e emitir parecer sobre a legislação de Recursos Hídricos no aspecto da legalidade; propor a harmonização da legislação de Recursos Hídricos com o arcabouço jurídico do Estado da Bahia, propondo adaptações às normas legais e respeitando as normas supervenientes e harmonizar as ações do Comitê com atuação em Recursos Hídricos. Usando os recursos didáticos o Técnico expôs a forma de atuação da Câmara Técnica CTIL e suas atribuições perante o CBHRC. Aproveitou para falar também da cobrança pelo uso da água que já se encontra em processo bastante avançado e que essa Câmara atuará na questão. Resumiu as competências e gestão das Agencias de Bacias que deverão funcionar no Estado e analise e emissão de parecer pela CTIL. Discorreu ainda a respeito do conflito existente no Regimento do Comitê, da deliberação das vacâncias e da situação atípica para preenchimento das vacâncias e da importância da Câmara Técnica. Esclareceu que diversos Comitês que ele inclusive já verificou já instalaram a mencionada Câmara. Agradeceu e encerrou. O Senhor Presidente questionou do técnico quais os Órgãos poderão fornecer, técnicos para desenvolver esse trabalho que inclusive é voluntário. O Técnico informou que é preciso garantir a paridade, entretanto é preciso disposição, pessoas que tem interesse e comprometimento. Não precisa ser uma Câmara de advogados, mas de pessoas que tenham disponibilidade de buscar através de consultas, informações e vontade de trabalhar. O Presidente enumerou os seguintes Órgãos: INEMA, EMBASA, CHESF, UESC, VANADIO, IFBA, UESB, IBAMA, SEPLAC. O Técnico Maurílio ressaltou que deve haver paridade e pessoas com vontade de UESC e IFBA estão distantes. Alguém do Plenário citou UNEB e o técnico lembrou que a Entidade não mantém vínculo com o Comitê. O Técnico esclareceu que pode-se chamar especialistas para debater, orientar, auxiliar mas a composição deverá ser de membros do Comitê. O Presidente agradeceu e informou que esse item será discutido na próxima reunião. E passou a renovação da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos – CTPPP. Antes, porém o Técnico Maurílio sugeriu que deveria substituir aqueles representantes que estão longe e que não comparecem inclusive retirar a UESC e indicar pessoas mais próximas. Assim o

Senhor Presidente, iniciou-se o processo de renovação da CTPPP – Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos, por ordem classificatória de indicações, ficou formada com as seguintes Entidades Titulares e Suplentes. Titulares: **RIOCON** – Fazendas Reunidas Rio de Contas Ltda; **INEMA** – Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia; **UESB** – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; **EMBASA** – Empresa Baiana de Águas e Saneamento; **UNIRIO** – Associação dos Pequenos Produtores Rurais União Rio de Contas; e a **VANÁDIO** – Vanádio de Maracás S.A. Entidades Suplentes: **IDAN** – Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; **DNOCS** – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca; **CHESF** – Companhia Hidrelétrica do São Francisco; **UESC** – Universidade Estadual de Santa Cruz; e **FAINOR** – Faculdade Independente do Nordeste. Feitos os ajustes foi aprovada a nova composição da CTPPP, por unanimidade do plenário, sem manifestações. Em seguida passou-se a renovação da CTEAMS – Câmara Técnica de Educação Ambiental e Mobilização Social – CTEAMS, por ordem classificatória de indicações, ficou formada com as seguintes Entidades Titulares e Suplentes. Titulares: **INEMA** – Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia; **UESB** – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; **IDAN** – Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; **MODERA** – Movimento pela Despoluição e Conservação do Rio do Antônio; **EMBASA** – Empresa Baiana de Águas e Saneamento; e o **GERC** – Grupo Ecológico Rio das Contas. Suplentes: **ACDB** – Associação Comunitária do Distrito de Boaçu; **CHESF** – Companhia Hidrelétrica do São Francisco; **UESC** – Universidade Estadual de Santa Cruz; **IFBA** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; e **FAINOR** – Faculdade Independente do Nordeste. Feitos os ajustes foi aprovada a nova composição da CTEAMS, por unanimidade do plenário, sem manifestações. Em seguida o Senhor Presidente passou ao próximo ponto de pauta **Item VIII da Pauta:** Encaminhamentos: O Senhor Presidente abriu o tópico com a discussão de substituição dos membros com faltas consecutivas. São duas Prefeituras que estão com faltas consecutivas uma teve justificativa, mas a outra não. A Senhora Suleny eu gostaria que a Senhora esclarecesse essa sua falta neste momento. O membro Suleny Nunes Ribeiro, representante da Prefeitura Municipal de Caraíbas, pediu desculpas esclareceu que a Instituição que representa justificou a primeira falta e que a segunda falta não foi justificada pela Instituição que representa, entretanto comunicou-se individualmente com o Presidente da Mesa e informou do seu problema de saúde debilitada. Declarou-se comprometida e interessada com as caudas do Comitê. Aproveitou para agradecer o desempenho do Comitê, na pessoa do seu Presidente na resolução dos conflitos da Barragem de Anagé, região que a Instituição que ela representa está inserida e que a renovação da Comissão Gestora vinha se arrastando desde 2007 e através de encaminhamento daquele Comitê a renovação aconteceu. Dando continuidade o Senhor Presidente informou que a outra Prefeitura ausente por três faltas consecutivas sem justificativa é a Prefeitura de Contendas do Sincorá e que manteve contato com o Representante Titular, Sr. Adalberto de Marco Oliveira e não obteve sucesso. Assim será encaminhado o documento a Prefeitura de Contendas do Sincorá e na próxima reunião ele deverá estar presente e se justificar ao plenário. O plenário então decidirá se permanece ou se entra a Prefeitura Suplente que é a Prefeitura de Boa Nova. Prosseguindo o Senhor Presidente apresentou através de equipamento de recurso visual, diversas produções de logomarcas para a plenária escolher uma para servir de marca do CBHRC. Após calorosa discussão com críticas e diversas sugestões nenhum distintivo foi aceito, assim ficou decidido que daquelas

sugestões apresentadas e socializadas o Senhor Presidente entregou a responsabilidade a Senhora Ângela Leone para produzir providenciar uma logomarca que contemple as sugestões ali apresentadas e posteriormente disponibilizadas para os demais representantes também avaliarem. Continuando o Senhor Presidente indagou se havia mais algum encaminhamento para ser apresentado pelo plenário. Que aguardaria a apresentação dos encaminhamentos por escrito até o final da realização da oficina que se seguia de acordo com a pauta. Informou que naquele momento abria inscrição para cinco falas assim foram inscritos: Sra. Ana Carolina, Sr. Jorge do MODERA, Sr. Nilton Barros, Sr. Junael, Sr. Frederico Maciel de Carvalho Neves, Sr. Carlito e Sr. Gilmar. Prosseguindo Sra. Ana Carolina com a palavra declarou que a questão dos poços foi bastante discutida e debatida, entretanto no decorrer das ações outra empresa a Igarashi perfurou poços e foi necessário tomar outras medidas. Assim as entidades civis organizadas da Chapada Diamantina foi até Piatã, diagnosticaram o conflito e a partir desse diagnóstico eles começaram a atuar junto ao Ministério Público e emitiram uma Moção de Repúdio onde tratam da questão das barragens e dos poços. Seguindo a Senhora Ana Carolina leu integralmente a Moção de Repúdio e declarou que essa questão dos poços envolve as três bacias do Rio das Contas do Rio Paraguaçu e do Rio Paramirim e eles levaram a questão para a Bacia do Paramirim e criaram um GT para conflito de barragens e poços. A questão das barragens envolve apenas a bacia das Contas, mas com relação aos poços mexe com três bacias. Assim a proposta é o envolvimento das três bacias na resolução do conflito. Continuando o Senhor Presidente informou que a proposição deverá ser apresentada por escrito e franqueou a palavra ao membro Jorge do MODERA que externou uma preocupação que não poderia deixar de se manifestar esta preocupação porque está em jogo a sobrevivência do semiárido. E todas as ocupações ocorridas, inclusive a Portuguesa que houve no semiárido na nossa caatinga foi sempre em desacordo com a sua capacidade de suportar os impactos. Foi assim, primeiro com a introdução da criação bovina, depois a expansão da cultura do algodão que contribuiu muito para degradar a nossa caatinga e agora no século XXI a introdução do agronegócio que também não é adequado para o nosso bioma, para o nosso semiárido porque demanda muita água. Precisa de uma região de chuvas e rios perenes para receber esses empreendimentos. Assim é importante que o Comitê faça uma discussão a respeito da sustentabilidade do semiárido. Proteger o alto Contas e que possa haver desdobramento junto aos Órgãos estaduais e federais SEPNAN, Governo do Estado para que não prosperem essas situações de incoerência. Eu diria que já houve duas situações depois da criação do Comitê em que o Governo do Estado colocou as populações do Alto Contas em situação de risco. A situação de Malhada de Pedras, onde a população estava disputando água com o gigante INGÁ que adquiriu a outorga à revelia do Comitê. E agora a gente vê essa situação da Barragem de Piatã. Então é interessante que se abra uma discussão do Comitê para tratar da sustentabilidade do semiárido, com a deliberação para vetar a introdução desses projetos que não são compatíveis com a nossa formação fisiográfica. O Presidente indagou então o se encaminhamento é uma discussão do uso da água de forma sustentável no alto do Rio das Contas. E deu continuidade franqueando a palavra ao membro Junael que registrou ficar intrigado com o pensamento das pessoas que veem no Comitê o Poder de Polícia, como morador da região vê as irregularidades, denuncia ao INEMA e leva um século para verificar. Quando o órgão vem já fez o que tinha que se fazer. Muito obrigado. Seguindo por ordem de inscrição o Sr. Frederico Maciel de Carvalho Neves. Declarou que iria se ater

a questão dos poços que já foi levantada que é um problema sério hoje já na região de Piatã e não é diferente em todos os municípios, especialmente esses inseridos aqui no semiárido. Já colocou antes, mas vai voltar a enfatizar o negócio da perfuração e instalação de poços virou um grande negócio na nossa região. Para terem uma ideia em Brumado existem oficialmente mais de dez empresas de perfuração de poços. Empresas prósperas de pessoas que saíram da roça e hoje tem até avião. Isso para terem ideia do quanto o negócio é bom é rentável. O que me preocupa é que não existe nenhum tipo de controle e de fiscalização para essas empresas. A lei diz que a gestão de recursos hídricos compete ao estado, mas nós enquanto Secretário de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente no Município não temos autonomia nem competência para exercermos essa fiscalização esse recenseamento com relação ao uso de recursos hídricos que compete ao INEMA, ao Estado e eu diria que noventa por cento dessas perfurações não tem nenhum tipo de licenciamento. Todas as vezes que vai ao campo, em reuniões de Associações nos finais de semana e sempre se depara com duas, três localidades com caminhões empenhados em conduzir equipamentos de perfuração de poços, sem nenhum licenciamento ou autorização. Em uma comunidade produtora de frutas que tem cento e cinquenta poços abertos. E passamos quatro anos de seca na região praticamente metade desses poços reduziram vazão e outros secaram. Inclusive poços do município que atendem abastecimento das comunidades. Por outro lado disse também que essa atividade de perfurar e explorar os recursos subterrâneos tem gerado emprego e renda para as populações da zona rural. Famílias que abriram um poço a duras penas e hoje se sustentam com pequena plantação. Tem inclusive oitenta pequenos produtores que hoje são fornecedores para o PAA através desses poços. Realmente a falta de controle é terrível e o INEMA está lá longe. Está no cargo há dois anos e meio, com dois mesas que assumiu o cargo encaminhou um ofício ao INEMA solicitando uma fiscalização para a Serra das Éguas que é onde a Maguinezita tem a sua exploração e até hoje nada foi resolvido. Recentemente mandou mais um ofício a Coordenação sediada em Vitória da Conquista e até hoje não obteve resposta. Então a nível de proposta é que dentro da gestão compartilhada que os municípios hoje exercem tenha um mecanismo para que os municípios possam de fato, se não licenciar pelo menos exercer o papel de fiscalização e haja critérios. INEMA está em Salvador mandou a documentação ta correta, emite a autorização sem conhecer nada da região. E não podemos fazer nada porque o cara tem a autorização. Há um distanciamento muito grande entre estado e município. Em aparte concedido a Sra. Ângela Leone ratificou a fala do membro Frederico e afirmou que precisa instrumentalizar os municípios para o gerenciamento do dia a dia. O Sr. Frederico declarou que está mobilizado para que o município de Brumado seja sede do SETAF agora vamos reivindicar uma representação também do INEMA. Na sequência de inscritos o Senhor Nilton Barros também expôs a sua preocupação e entendimento, quanto ao pronunciamento extra oficial de representante do INEMA, quando revelou da possibilidade de fechar dez unidades de atendimento no interior. Registrou a sua insatisfação e caso isso aconteça será preciso apresentar uma Moção de Repúdio. E declarou a importância do posto do INEMA em Jequié especialmente para manutenção das ações do Comitê. Continuando o Senhor Presidente franqueou a palavra ao inscrito Sr. Gilmar que se apresentou Presidente da Associação da Região da Ressaca e informou que técnicos do INEMA estiveram na região sem documentos, sem apresentação atendendo uma denúncia que a Prefeitura fez no ano anterior a respeito de uma pequena barragem na terra do sogro e que como o volume de água foi grande,

se rompeu, foi embora. Inclusive queria multar o sogro dele e deu seis meses para fazer o CEFIR, pois quem fez a barragem foi a Prefeitura. Seguindo o Sr. Carlito mediado por um jovem que leu o seu documento discorrendo estudo para preservação das nascentes do Rio das Contas. O Sr. Carlito declarou que desafia qualquer um sobre o conhecimento que possui acerca das nascentes. Declarou que os Órgãos são todos com "i" INGÁ, INEMA, Irresponsável. Pediu desculpas e de forma rimada teceu um histórico das nascentes, das reservas, do seu sofrimento e da luta constante pela sobrevivência e importância das empresas, da perenizarão das nascentes na Região de Porteira por fim declarou que não defende os Órgãos fiscalizadores. Assim o Senhor Presidente informou que o Comitê irá receber os encaminhamentos por escritos e assinados a respeito dos poços. Em seguida solicitou ao plenário para se manifestar para formação de uma comissão de três membros para analisar e emitir um Parecer no prazo máximo de oito dias, a respeito da realização de Uma Reunião Extraordinária para tratar do assunto, sobre construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, no Rio Gongogi (Montante e Jusante). Como não houve manifestação espontânea o Senhor Presidente indicou os membros Frederico, Jorge do MODERA e Alvina, e Maurílio para ser consultado através de correio eletrônico. Prazo de dez dias para responder ao Papa Mel. Por fim passou-se ao **Item IX da Pauta: Encerramento**: O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, informou que a oficina terá início às 14:30 h. Entrará em contato caso o Parecer da comissão recém-criada seja pela aprovação para realização de Reunião Plenária Extraordinária do CBHRC. Informou que a próxima Reunião Ordinária do CBHRC será no município de Dario Meira no dia 19/11/2015. E nada mais havendo a registrar, o Presidente Sr. Aurelino Barros Meira e a secretária, Sra. Suleny Nunes Ribeiro, agradeceram a todos pela participação na XVIII Reunião Plenária Ordinária do CBHRC, dando por encerrada a reunião, às 13 horas e 30 minutos do dia 20 de Agosto de 2015, tendo sido lavrada a presente ata que será encaminhada para todos os presentes e após lida e aprovada será assinada por mim, Suleny Nunes Ribeiro, secretária, por Aurelino Barros Meira, Presidente do CBHRC e demais presentes.

Suleny Nunes Ribeiro
Secretário CBHRC

Aurelino Barros Meira
Presidente CBHRC